



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

49ª edição / Abril de 2025

ENCONTRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM PRESIDENTE LULA REAFIRMA COMPROMISSO EM REUNIÃO HISTÓRICA COM CNES

O final de março e início do mês de abril de 2025 foi de grande emoção para quem vive a Economia Popular e Solidária no Brasil. Entre os dias 31 de março e 1º de abril, aconteceu a primeira Reunião Ordinária de 2025, do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em Brasília, desta vez com a presença especial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros do Trabalho e Emprego Luiz Marinho e da Secretaria Geral, Marcio Macêdo, além de parlamentares e entidades que vivem o dia a dia da Economia Popular e Solidária.

As agendas aconteceram entre o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) e o Palácio do Planalto e envolveram todos e todas representantes do CNES, bem como a equipe da Senaes, que trabalhou arduamente para preparar o evento que reuniu as principais lideranças e representantes da Economia Popular e Solidária com a alta cúpula do Governo Federal. Nesta edição do Boletim Semanal da Senaes reunimos um compilado de notícia, informações e imagens que traduzem um pouco desta semana que passou. Boa leitura!



Equipe da Senaes abraça presidente Lula e ministros Marinho e Macêdo ao final do evento – Foto Ricardo Stuckert/PR

PRESIDENTE LULA E MINISTRO LUIZ MARINHO RECEBEM REPRESENTANTES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESTACAM AVANÇOS DO SETOR

No dia 1º/4, representantes do Conselho Nacional de Economia Solidária e convidados foram recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, no Palácio do Planalto, em Brasília. O encontro teve como objetivo destacar a importância da economia solidária como modelo econômico sustentável e inclusivo no país.

Durante a atividade, o presidente Lula elogiou o esforço dos trabalhadores e reafirmou o compromisso do governo com a economia solidária. “O governo pode facilitar para que as coisas aconteçam, se a gente acreditar nas pessoas. Esse é o grande papel do governo: não fazer tudo sozinho, mas criar as condições para que a sociedade possa se organizar”, afirmou o presidente.



Foto: Ricardo Stuckert / PR

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho enfatizou, em sua fala, o histórico da economia solidária no Brasil, lembrando que, desde 2003, o governo federal tem trabalhado para estimular esses empreendimentos. “Essas experiências que hoje provocam satisfação e emoção nasceram com muitas dificuldades.

Algumas cresceram, se modernizaram e são hoje uma amostra do que esses trabalhadores estão fazendo”, destacou.

O secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, ressaltou que a reunião buscou apresentar essa abordagem econômica a partir das experiências reais dos trabalhadores que a vivenciam diariamente em seus territórios. Seis cases foram apresentados, abrangendo as áreas de agricultura familiar, cooperativa de catadores, mobilidade urbana, vestuário, bancos e moedas sociais.

Na ocasião, foram apresentados ao presidente Lula modelos de segmentos da Economia Popular e Solidária, como exemplos de sucesso em bancos comunitários, cooperativas de mobilidade urbana de quatro rodas, agricultura familiar e vestuário. Um dos destaques foi a Justa Trama, marca gaúcha de algodão agroecológico, que conta com uma cadeia produtiva envolvendo fornecedores de cinco estados e cerca de 700 trabalhadores/as. Todos/as atuam sob os princípios da economia solidária em autogestão, cooperação, sustentabilidade e comércio justo.

“Há um ano avançamos na política pública e entregamos lençóis orgânicos para o Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre e já estamos na próxima chamada pública. Nós estamos construindo um outro modelo econômico”, afirmou Nelsa Nespolo, representante da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários e do Fórum Nacional de Economia Solidária, além de presidente da Justa Trama.



Nelsa Nespolo apresenta a Coopertaiva Justa Trama ao Presidente Lula. Foto: Ricardo Stuckert / PR

O Banco Palmas, primeira instituição bancária comunitária do Brasil, contou com apresentação de Joaquim Melo, seu fundador. Ele lembrou que, em 2002, Lula visitou a iniciativa em Fortaleza e demonstrou interesse em expandir esse modelo para outros estados. “Em 2005, o então secretário de Economia Popular e Solidária, Paul Singer, me chamou e nós levamos os bancos comunitários para todo o Brasil, incluindo comunidades quilombolas, indígenas e periferias urbanas e rurais. Hoje, somos uma rede de 182 bancos comunitários no país”, explicou Melo.

Essas instituições oferecem acesso a crédito com juros reduzidos, fortalecendo o comércio local e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuam.

Também foram apresentadas as experiências do aplicativo de mobilidade urbana Liga Coop, presente em 12 estados; da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); da Cooperativa Guaraná Urupadi, da Amazônia; e da Central de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do Distrito Federal.

Conheça mais sobre alguns dos empreendimentos apresentados ao Presidente Lula:

- Justa Trama
<https://justatrama.com.br/>
- Unicafes
<https://www.unicafes.org.br/home>
- Banco Palmas_
<https://bancopalmas.com/>
- LigaCoop
https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.devbase.ligabycomobi&hl=pt_BR

CNES APRESENTA CARTA AO PRESIDENTE LULA

Ao final das apresentações dos Empreendimentos de Economia Solidária, integrantes do CNES leram carta dirigida ao presidente Lula, redigida em plenário por representantes da sociedade civil que compõem o Conselho, apresentando prioridades para sustentar a EPS enquanto política de estado, além de manifestar gratidão pela acolhida na agenda presidencial. Confira a íntegra da Carta:



Foto: Ricardo Stuckert / PR

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES

Brasília, 01 de abril de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
MD. Presidente da República
Brasília/DF

Presidente Lula,

Com gratidão manifestamos nosso agradecimento pelo acolhimento em sua agenda deste diálogo com o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. As iniciativas de Economia Popular e Solidária se pautam pela Cooperação, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica e avança numa proposta de trabalho associado que transcende o paradigma da concentração de poder e da riqueza, incluindo os invisibilizados, minimizando as desigualdades e gerando equidade.

No Brasil a Economia Solidária teve avanços importantes no período de 2003 a 2016. Nesse período, a SENAES teve execuções orçamentárias na ordem de mais de 1 bilhão de reais com ações que, em 2013, já envolvia mais de 20 mil empreendimentos econômicos solidários em todo país.

Com o golpe em 2016, ocorreu um crescente desmonte das políticas públicas federais. A SENAES tornou-se um departamento inoperante, o CADSOL foi interrompido e foi extinto o Conselho Nacional de Economia Solidária. A situação agravou-se, em 2020, com a pandemia de Covid-19. A despeito desse cenário cruel, os trabalhadores e as trabalhadoras da Economia Solidária resistiram e criaram formas de sobreviver ao avanço do neoliberalismo por meio de produção coletiva de máscaras; marmitas solidárias, uso de tecnologias de informação e cooperativismo de plataforma, comunicação para formação, comercialização e assessoramento técnico. A partir de 2023, com a reconstrução do país e das políticas públicas, tivemos a reinstalação da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária, o que celebramos como importantes iniciativas do governo de Vossa Excelência

Presidente, recordamos vossas palavras no discurso de posse, do seu desejo de "... governar este país com a mais ampla participação social, incluindo os trabalhadores e os mais pobres no orçamento e nas decisões de governo"; que não é "justo nem correto pedir paciência a quem tem fome" e que Vossa "...mais importante missão (...) será honrar a confiança recebida e corresponder às esperanças de um povo sofrido, que jamais perdeu a fé no futuro nem em sua capacidade de superar os desafios."

Assim, vimos reiterar as propostas feitas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e pela União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) no "Documento Básico da Economia Solidária e do Cooperativismo Solidário para o governo de transição Lula 2023", para que a Economia Solidária de fato se efetive como um dos princípios da ordem econômica nacional, como propõe a PEC 69/2019, em tramitação no Congresso Nacional.

Presidente Lula, em vistas do exposto, elencamos aqui as nossas prioridades:

- Regulamentação da Lei 15.068 de 2024, Lei Paul Singer, que institui a Política Nacional de Economia Solidária;
- Criar e implementar um Programa Nacional de Compras Públicas da Economia Solidária;
- Implementar o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), integrado a outros sistemas como SUS, SUAS e SISAN e que seja ferramenta pública e perene de políticas intersetoriais;
- Implementar o Sistema Nacional de Finanças Solidárias que apoie os empreendimentos econômicos solidários, na perspectiva de sustentabilidade e o fortalecimento de uma outra lógica financeira. As finanças solidárias a partir dos Bancos Comunitários e Municipais que podem operar políticas sociais como o Bolsa Família e gerar uma moeda social de controle público. Nos último 5 anos os Bancos Comunitários Municipais operaram 5 bilhões;
- Ampliar o orçamento para a Economia Popular e Solidária, ampliando o orçamento da SENAES e sua capacidade técnica operacional para fazer face aos grandes desafios da geração de trabalho e renda para o nosso povo;
- Publicizar junto às esferas governamentais estaduais e municipais que adotem por meio do MROSC, Lei 13.019/2014 a implementação e aprimoramento das regras para as parcerias entre as OSCs e o Estado;
- Fortalecer o trabalho dos catadores e catadoras da Economia Solidária através da estruturação da reciclagem popular via PRONAREP e implementar/regulamentar o Programa Nacional de Cooperativismo Popular (PRONACOP);
- Fortalecer o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativismo Popular (PRONINC) para fortalecer as incubadoras de tecnologia social e os empreendimentos econômicos solidários.

Em agosto próximo realizaremos a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária para a qual estamos convidando Vossa Excelência, onde estaremos debatendo a atualização do Plano Nacional e afirmando a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento econômico adequada para os territórios do nosso país. Por fim, reafirmamos a importância do fortalecimento da democracia popular e da Economia Solidária, alicerçadas na vivência cotidiana da autogestão, solidariedade, cooperação e respeito à natureza, para a "União e Reconstrução" do Brasil como um país para todos e todas, e para que "os direitos e interesses da população, o fortalecimento da democracia e a retomada da soberania nacional" continuem a ser os pilares do presente governo.

Presidente Lula, continuamos seguindo o "inédito viável" de Paulo Freire: inédito porque ninguém fez, viável porque podemos fazer JUNTOS!

Democracia para sempre!

Conselho Nacional de Economia Solidária-CNES

MINISTRO MÁRCIO MACÊDO RECEPCIONA CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PALÁCIO DO PLANALTO

Na manhã do dia 1º/04, horas antes do encontro com o presidente Lula, as diferentes áreas produtivas da Economia Popular e Solidária como bancos comunitários, tecelãs, costureiras, apicultores e muitos outros integrantes do Conselho Nacional de Economia Solidária foram recebidos/as, no Palácio do Planalto, pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo.

Treze representantes do Conselho apresentaram propostas de cada área de atuação. As reivindicações apresentadas ao governo federal foram desde a ampliação do orçamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária até o incentivo para participação da economia solidária na COP 30.

“Nós estamos em todos os setores produtivos e o que nos diferencia é essa questão do trabalho coletivo, o respeito que temos uns com os outros, especialmente lá na base”, explicou Geni Dias, conselheira vinda do Rio Grande do Sul. Ela destacou ainda a preocupação ambiental de quem atua na economia solidária.

“A gente dá um grande exemplo de cuidado ambiental com cooperativas que fazem reciclagem do óleo produzindo sabão, com a produção de algodão ecológico e a confecção de peças de roupa de cama com ele, produção de biscoitos com frutas da agroecologia e, mesmo assim, os nossos empreendimentos são os que mais sofrem com os impactos ambientais como as secas e as enchentes”, disse.

Hoje é um dia muito feliz para a Economia Solidária. Hoje é o dia em que vocês estão pisando onde vocês, nós, sempre deveríamos pisar. Essa casa é uma casa de vocês. O ministro Márcio, além de ser ministro da Secretaria-Geral, e ter a função de dialogar com a sociedade civil e com os movimentos sociais, tem presença forte junto ao presidente Lula, então, falar com ele é também falar com o presidente” afirmou o secretário da Senaes, Gilberto Carvalho.

O ministro Márcio Macêdo fez questão de responder a cada uma das demandas apresentadas, ressaltando que o papel da Secretaria-Geral é fortalecer a economia solidária e que a SG é o endereço da sociedade civil no governo federal. “Depois de seis anos, sem o povo pisar os pés no Palácio do Planalto, nós que viemos da classe trabalhadora, porque todos nós aqui temos origem na classe trabalhadora, no povo mais humilde desse país, hoje vocês estão sendo recebidos aqui. Sejam todos muito bem-vindos”, exaltou Macêdo, ao receber os conselheiros.



Foto: Graccho/Ascom/SGPR

"A FORMA MAIS JUSTA DE APLICARMOS A NOSSA FORÇA DE TRABALHO É POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA", DEFENDE FRANCISCO MACENA

Um dia antes do encontro com o Presidente Lula, a abertura da 1ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Economia Solidária, realizada no dia 31 de março em Brasília, o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Francisco Macena, reafirmou o compromisso da pasta em fortalecer a economia popular e solidária no Brasil, visando a sua inclusão como um setor relevante à economia nacional. "Esse é o nosso objetivo: fazer com que a economia solidária dispute de fato na sociedade a transferência de renda, a ocupação, a geração de riqueza e, principalmente, a distribuição de renda neste país. A forma mais justa de aplicarmos a nossa força de trabalho é por meio da economia solidária, das cooperativas e dos empreendimentos populares", afirmou o secretário.



Abertura CNES/Foto Walterson Rosa/Ascom MTE

No primeiro dia da reunião, foi apresentado o painel "Diálogos: Radar da Economia Solidária", com o tema "Economia Solidária e o Futuro do Trabalho das Mulheres". Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, destacou a retomada do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), que havia sido paralisado em 2018.

Com a reativação do Cadsol, será possível obter dados sobre a organização e a produção dos empreendimentos e trabalhadores. Paula explicou que, segundo o eSocial, existem 27 mil cooperativas no país, das quais 5.200 estão relacionadas à economia de produção. "Essas informações permitirão que as pessoas criem identidade e valor em seus territórios, além de comparar o que estão produzindo nos mesmos setores de atividade. O objetivo é fortalecer a economia solidária como uma economia robusta", afirmou.

Tatiana Valente, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, trouxe dados essenciais para enriquecer o debate. Ela destacou que 49,1% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, o que equivale a 36 milhões de domicílios. Segundo dados do IPEA, 9,3 milhões de mulheres estão na informalidade, e 47,3% desses empreendimentos são solidários, sendo que 64% das mulheres nessas iniciativas são negras. Além disso, dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com base em estudos acadêmicos, revelam que 85% dos empreendimentos solidários são liderados por mulheres.

"É fundamental traduzir esses dados em políticas concretas e de direito para transformar esses empreendimentos", afirmou Tatiana. Ela destacou que as mulheres não precisam apenas de sustentabilidade territorial, uma vez que já a garantem. "Elas precisam de seguridade e de políticas públicas que ofereçam a mesma segurança que os empreendimentos predominantemente masculinos têm", completou.

Também participaram do painel Nelsa Nespolo, presidente da Cooperativa Justa Trama, e Eliane Martins, uma das coordenadoras do Programa Paul Singer. A reunião, iniciada ontem no Ministério do Trabalho e Emprego, abordou temas de grande relevância, como a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, prevista para agosto deste ano, a regulamentação da Lei Paul Singer (15.068/24), que institui a Política Nacional de Economia Solidária, além de atualizações sobre o Programa Paul Singer e a COP 30.



Paula Montagner fala no painel "Diálogos: Radar da Economia Solidária", com o tema "Economia Solidária e o Futuro do Trabalho das Mulheres"/Foto WALTERSON ROSA/ASCOM MTE



Secretário Chico Macena na abertura da 1ª Plenária 2025 do CNES - Foto WALTERSON ROSA/ASCOM MTE

Com informações dos sites do MTE, SG, PR e Gov.br

[Ministério do Trabalho e Emprego](#)

[Secretaria-Geral](#)

[Planalto](#)

[Ministério do Trabalho e Emprego](#)

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicação.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO